

ESTUDOS LITERÁRIOS E LINGUÍSTICOS/DISCURSIVOS NA AMAZÔNIA PARAENSE

(Livro de trabalhos do IV EVEL)

Marcos dos Reis Batista
Suellen Cordovil da Silva
Organizadores

Autores e autoras

Ana Paula Vieira e Souza	Joyce Cristina Farias de Amorim
Antonia Camila Paulino Sales	Malúzia Ribeiro da Cruz e Rosa
Arlen Maia de Melo	Marcilene Damasceno Xavier
Cristiane de Mesquita Alves	Marcos dos Reis Batista
Cristina de Nazaré do Carmo de Souza	Maria Adélia Santos da Cruz
Danilo de Sousa Ferreira	Mayara Haydee Lima Sena
Elinaldo Chaves dos Santos	Míriam Cemira Pereira do Nascimento
Fernando Soares Lago	Paula Aleixo da Conceição
Haline Fernanda Silva Melo	Rayene Maria do Nascimento
Helder Fabricio Brito Ribeiro	Renato Carlos Dias de Oliveira
Hellen Cristina Aleixo Azeredo Moura	Sandra Regina Silva de Almeida
Janice Souza Santos	Thais Santana dos Santos
Joana Darc Almeida Barreto	Thomas Massao Fairchild
José Guilherme de Oliveira Castro	Vanda Ester Lira Costa
	Wellingson Valente dos Reis

φ editora fi

UMA ABORDAGEM SOBRE O CONHECIMENTO E O PAPEL DA ESCRITA DE PROFESSORES EM FORMAÇÃO NA LICENCIATURA DE LETRAS

Míriam Cemira Pereira do Nascimento

Thomas Massao Fairchild (Orientador)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

INTRODUÇÃO

Intuitivamente, podemos dizer que o conhecimento é o modo como percebemos e reconhecemos o mundo ao nosso redor, por meio das experiências que vivenciamos em nosso cotidiano. É através do conhecimento que se dá o processo de ensino e aprendizagem nas variadas esferas educacionais. Mas o conhecimento não é neutro, uma mesma experiência pode ser conhecida de formas diferentes, assim os conhecimentos de uma classe social podem não ser reconhecidos por outra. As instituições de ensino superior são os locais onde o conhecimento teórico deveria ser visto com mais aprofundamento, inclusive nas suas contradições, no entanto, percebemos que este conhecimento não está sendo incorporado adequadamente na produção escrita dos acadêmicos, em especial, dos futuros professores.

Consideramos que a escrita dos alunos de licenciatura é algo a ser entendido enquanto um instrumento de análise das práticas de ensino e aprendizagem para o próprio licenciado em Língua Portuguesa. Por meio da produção de trabalhos escritos por acadêmicos, (principalmente relatórios) podemos verificar, no entanto, a falta de conhecimento teórico em sua escrita. Em vista disso, em nossa pesquisa nos proporemos a analisar o conceito de conhecimento e sua relação com o papel do professor, na medida,

que o conhecimento é o ponto norteador que levará o professor na realização de sua prática educacional.

Neste trabalho buscaremos compreender como o conhecimento está sendo discutido em Apple (1989) e sua relação com a esfera da economia e com a experiência vivida pelos sujeitos.

O autor parte de perspectiva marxistas, ao relacionar o sistema educacional com as divisões de classe, questões de gêneros e de raças. Também se preocupa com o problema de como o conhecimento é produzido e percebido pelos sujeitos. Assim por meio das discussões do autor buscaremos construir um conceito de conhecimento embasado em uma teoria da linguagem e conectado aos problemas específicos da formação do professor.

A ESCRITA DE RELATÓRIOS DE ALUNOS EM FORMAÇÃO COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A escrita de relatórios, para os alunos em formação, é algo bastante instigante e desafiador, pois ao longo do curso de licenciatura, principalmente em língua portuguesa, os alunos são acostumados a estudar várias disciplinas, porém muitas das vezes isoladamente, sem fazer conexões entre elas. Suas produções são direcionadas por meio de textos teóricos, e frequentemente, são resumos ou paráfrases sem análises substanciais de dados novos.

É a partir dessa falta de análise e autonomia dos alunos que começam os desafios em se relatar as experiências tomadas no período de estágio e na construção de um texto que apresente os conhecimentos adquiridos durante a graduação. Muitos fatores podem ser determinantes dessas dificuldades; por exemplo, a falta de se exercitar a escrita de autoria própria durante toda a vida escolar, ou mesmo as ideologias presentes em meio ao currículo oculto das instituições educacionais que incorporam em si a compartimentação dos saberes. Em vista desta problemática buscaremos, ao longo deste artigo explicar que o papel da escola é muito relevante para o entendimento de como o conhecimento

técnico é transmitido aos alunos e como ele é recebido por esses estudantes, como esse conhecimento é usado na manutenção da economia e como ele reflete na vida de cada sujeito da sociedade. Assim, delinearemos o papel das ideologias que estão inseridas no discurso das instituições de ensino que formam os alunos que estão inseridos nos cursos de licenciaturas (e nos demais cursos) e sua contribuição para o desenvolvimento educacional dos alunos.

O PAPEL DA ESCOLA COMO PRODUTORA DE CONHECIMENTO TÉCNICO NA MANUTENÇÃO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS

No decorrer de nossa vida acumulamos saberes e experiências de vários campos, ao interagirmos socialmente somos tomados por uma enxurrada de conhecimentos que advém do grupo familiar, da comunidade, das instituições religiosas e principalmente da escola. É na escola que temos o primeiro contato com a ciência, ou seja, com os estudos embasados em teorias científicas. A escola é uma das principais fontes desse tipo de conhecimento, e conseqüentemente é uma instituição que promove uma grande disseminação ideológica, seja por meio do seu currículo explícito, que são todas as atividades ou ações pedagógicas impostas pelo sistema educacional, seja por meio do currículo oculto. Este último, para Apple, consiste em tudo aquilo que não está programado no currículo explícito escolar, abrangendo influências que afetam a aprendizagem dos alunos, tais como ideologias hegemônicas que são impostas ao longo do processo de ensino e aprendizagem através de várias práticas, atitudes, gestos e comportamentos que vigoram no meio social, cultural e escolar.

A partir de concepções ideológicas dentro dos currículos, seja o explícito, seja oculto, a escola contribui para a construção do sujeito, tanto do ponto de vista cultural, quanto do político e do econômico. Assim ela prepara os estudantes para lidar com as variadas necessidades sociais segundo as demandas do mercado de

trabalho. Os seus alunos, de certa maneira, são habilitados para se inserir numa sociedade baseada no mérito individual, ou seja, qualquer resultado positivo ou negativo que o aluno venha a receber é interpretado e legitimado como sendo resultado de seu desempenho individual, pois é alegado pelo sistema educacional que todos os alunos teriam as mesmas oportunidades de mobilidade. Esse processo meritocrático legitima as diferenças de classe necessárias para o funcionamento da sociedade capitalista e, principalmente, contribui para a difusão do que Apple (1989, p. 56) chama de “desajustamento” e das desigualdades.

Desajustamento

Para Apple, o “desajustamento” é a falta de adaptação dos alunos entre a vida escolar ou a sala de aula e sua vida cotidiana. Apple afirma que um dos papéis sociais da escola é a amplificação do desajustamento, que está ligado a complexa função desempenhada na reprodução econômica e cultural das relações de classe. Podemos conceber, segundo esse autor, a ideia de que a escola, dentro de seu currículo, abrange diversas concepções ideológicas que contribuem para a afirmação de uma sociedade dividida, pois prepara cada indivíduo para seguir sua determinada função de trabalho dentro do corpo social, a partir de sua condição social. Assim a escola pode ser vista também como grande contribuinte de uma sociedade injusta.

As instituições educacionais, ao longo dos anos, vêm legitimando uma cultura voltada para os ideais dos grupos mais poderosos da sociedade e assim o conhecimento transmitido para todos indivíduos é desenhado entorno das concepções dessas classes dominantes, como podemos ver em Apple quando diz:

“As escolas ajudam a legitimar o conhecimento novo e as novas classes e os novos estratos sociais; e é, com frequência, na luta entre as culturas mais antigas e os novos grupos e classes emergentes por um lugar no currículo escolar que podemos ver os

conflitos de classe e de gênero e as contradições econômicas agindo por intermédio das atividades cotidianas de rotina das pessoas. ”

Esta afirmação de Apple se refere ao papel que ao longo dos anos a escola vem desempenhando na contribuição da organização política, cultural e econômica, assim organizando o sistema social de acordo com as necessidades desses grupos dominantes. A escola, no entanto, não impede que os indivíduos pertencentes as classes menos favorecidas busquem seu espaço na sociedade através de uma certa resistência na execução das atividades propostas pela escola.

Assim, podemos entender que a escola é uma instituição com finalidade distribuição e produção conhecimentos. Ela reforça o conhecimento técnico e também distribue normas e disposições que reforçam economicamente a subdivisão das posições sociais, ou de classe. Ela é também responsável pela produção de conhecimento, na medida em que ajuda a formar agentes aptos a lidar fora dela, principalmente dentro do setor econômico da sociedade e ainda contribuem na formação cultural direta e indireta exigidas por esse setor econômico.

O conhecimento técnico

O conhecimento técnico, em Apple, está relacionado à profissionalização do sujeito que ao longo de sua escolarização, adquire o conhecimento que é distribuído para a maioria da população.

Segundo Apple, as escolas exercem um papel fundamental na acumulação do capital cultural. Para ele, o conhecimento está relacionado com a economia, visto que, em uma economia capitalista avançada ou mesmo em desenvolvimento, o conhecimento técnico é um meio de manter o bom funcionamento do sistema econômico. Temos como exemplo disso, no contexto do Brasil, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a qual é

assegurada na Lei 9.394, 1996 Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no artigo 36-A. Esse artigo preconiza que, nessa modalidade de educação, será atendida a formação de modo geral do educando, e também prepará-lo para o exercício de profissões técnicas, como, por exemplo, técnico em informática, em mineração, em segurança no trabalho, e outros. Este conhecimento técnico tende a beneficiar os interesses empresariais, uma vez que esses alunos sairão da escola aptos a adentrar no mercado de trabalho na posição de trabalhadores assalariados (ou seja, sem constituir grande ameaça à detenção do capital).

Um exemplo de conhecimento técnico relacionado ao campo do ensino superior seria a pesquisa sobre o uso do camapu, fruta típica de diversas regiões do Brasil, com finalidade de produzir novos neurônios no hipocampo para tratamento da doença Alzheimer, realizada por um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Pará. De acordo com o jornal, o camapu ou *Physalis angulata*, é uma espécie de herbácea da Amazônia, o fruto amarelo é revestido por uma casca fina de fácil retirada, além de possuir propriedades curativas ele é usado na decoração de doces finos (culinária). Os pesquisadores esperam que o segundo passo da pesquisa seja a saída da pesquisa da área acadêmica para a indústria, onde será patenteada e comercializada na indústria farmacêutica. Desse modo, o que era conhecimento popular, tradicional, torna-se conhecimento técnico e científico.

Sobre o conhecimento técnico, temos que ter em vista que o seu uso, o controle e acumulação na forma de capital cultural representa uma grande vantagem para a indústria, pois esta se beneficia exclusivamente da técnica e da ciência, sendo que ambas são desenvolvidas nas escolas e principalmente nas universidades. Estas instituições são mantidas, em sua maioria, pelo Estado e são responsáveis pelo desenvolvimento científico e técnico, haja vista que são principalmente nas universidades e nas escolas técnicas superiores que o conhecimento é produzido e seu controle é realizado através do monopólio das patentes que contribuem para a

expansão do mercado. O exemplo acima, sobre o uso da fruta tipicamente amazônica estudada com incentivo financeiro do governo federal, Apple ilustra esse percurso:

“o uso das universidades para gerar e preservar conhecimento técnico baseado na pesquisa básica aplicada foi bastante eficaz. O custo e o risco tanto da produção de pessoal treinado para trabalhar na indústria quando da produção da pesquisa fundamental da qual grande parte da pesquisa industrial depende recaem, em grande parte, sobre a população em geral.”

Nos certificamos, então, de que os profissionais das instituições superiores trabalham como “mão-de-obra” produtora na geração e preservação de conhecimento técnico de caráter privado, pertencente a empresas que detêm patentes e que lucram com o resultado das pesquisas. Ao mesmo tempo, os agentes que são empregados nas indústrias advêm do próprio investimento da sociedade que mantém essas instituições formadoras de pessoas capazes de desenvolver o trabalho mental e o próprio trabalho manual exigidos pela indústria, produtoras de conhecimentos que serão aplicados na execução do processo econômico capitalista.

Podemos pensar, de forma mais específica, como os conhecimentos que estão sendo selecionados para a formação do professor de português entram nessa dinâmica. Assim, podemos ver como a escola age no processo da divisão de trabalho, tendo como base o seu currículo e principalmente as ideologias que o compõem; é neste processo que distingue quem ficará com o trabalho mental.

O papel do Estado

Outra questão de que temos que tomar conhecimento é quanto ao papel que o Estado representa para a maximização da função produtiva. O Estado, tendo a escola como um dos principais meios de interferência em relação ao capital, subsidia a maior parte dos custos do capital privado através de investimentos e créditos, ou

seja, mesmo que esses investimentos sejam para aumentar a rentabilidade industrial, e que em função disso surjam mais oportunidades de serviço e emprego, quem paga a maioria desses investimentos é a sociedade. Um exemplo disso pode ser encontrado nos projetos de profissionalização de jovens e adultos vinculados ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. O SENAI é instituição privada mantida pela indústria, criada em 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei 4.048, assinada pelo presidente Getúlio Vargas, com a missão de formar profissionais para trabalhar nas indústrias nacionais; ele tem parceria com Ministério da Educação e Trabalho. Hoje sua função continua sendo preparar jovens por meio de cursos profissionalizantes com intuito de inseri-los no mercado de trabalho. Em suma, a indústria amplia seu conhecimento técnico administrativo, mas quem assume a responsabilidade somos nós, através do próprio Estado.

Outro papel do estado em relação à dinamização e acumulação de capital corresponde sua intervenção enquanto a forma de escolarização, tendo como objetivo maximizar a distribuição de conhecimento que favorece uma sociedade desigual. Ao mesmo tempo a escola busca legitimar seu papel enquanto produtora de conhecimentos, assim contribuindo tanto para manter as necessidades do capital como para desenvolver a mobilidade financeira da nova burguesia. Vemos em Apple essa afirmação referente ao papel do Estado:

“Eles (o Estado) incluem a ênfase na educação baseada na “competência”, instrução sistêmica, educação profissionalizante, futurismo (com frequência, um eufemismo para planejamento de mão-de-obra), financiamento continuado e prioritário para o desenvolvimento de currículos de matemática e ciência, programas nacionais de testes, faculdades e institutos técnicos comunitários (mais curtos ou menor prestígio)”

Essa afirmação de Apple traduz a dinâmica que o estado utiliza na perpetuação desse sistema econômico em que vivemos e

que se reflete na estrutura do ensino repassado nas escolas e universidades, que por sua vez vem a contribuir na construção de uma sociedade desigual. Por exemplo, atualmente, no Brasil podemos destacar elementos que correspondem ao conhecimento evasivo repassado para os alunos e à ideia de que seu êxito depende de sua competência: implantação de cursos técnicos inseridos juntamente ao Ensino Médio; um maior financiamento por parte do Estado voltado para pesquisa nas áreas de matemática e ciências e sua maior ênfase dentro do currículo escolar, de acordo onde podemos constatar na Medida Provisória (MP), nº 746 de 2016; a aplicação dos programas nacionais de testes para o Ensino Médio (Enem), o crescimento do desemprego e da inflação; o tempo de aposentadoria tende a aumentar, fazendo que o trabalhador delegue mais tempo às atividades voltadas para a produtividade da economia, etc. Assim, constatamos como o Estado, através da escola, produz certos tipos de conhecimentos que contribuem na manutenção do capital cultural e econômico.

Resistências

Segundo Apple, é por meio do “currículo oculto” que boa parte as normas e disposições exigidas pela economia são encaminhadas aos alunos, porém temos que ter noção que essas ideologias que permeiam o currículo não são aceitas integralmente por parte dos alunos e mesmo da própria sociedade. Essa imposição de controle por parte do estado/escola e economia podem não ser tão exitosas quanto parecem, pois além do conhecimento técnico repassado aos alunos é necessário levar em consideração a experiência vivida por sujeitos. Desta forma, Apple leva em conta que a escola, por meio do seu currículo, não é apenas um instrumento de reprodução, como podemos ver em Apple,

“As teorias de correspondência tendem a nos “levar” a ver a escola apenas em termos reprodutivos. Sua lógica vê a instituição atuando apenas para reproduzir a ordem social. Tanto a forma

quanto o conteúdo do *corpus* formal de conhecimento escolar e o currículo oculto ajudam a criar as condições para a reprodução cultural e econômica das relações de classe em nossa sociedade.”

O autor, ao atentar para a discussão sobre essas teorias de correspondências esclarece que se consideramos essas ideias em sua plenitude deixaremos de reconhecer a complexidade que há na relação entre a escola e as forças socioeconômicas, e deixaremos de lado também as contradições existentes na interação social. Se reconhecermos essas teorias como legítimas estaremos também contribuindo para a reprodução ideológica do capitalismo, que defendem a manutenção das desigualdades sociais.

Com isso Apple está dizendo que existem duas formas de cultura. Uma delas é a repassada aos alunos dentro do ambiente escolar, na qual se incluem a aplicação dos currículos como fonte norteadora para vida profissional dos alunos, e que pode ser considerada cultura como mercadoria. Essa cultura encara toda produção de conhecimento como algo que pode e deve ser comercializado no mercado. De outro lado, existe a cultura como experiência vivida, que é todo o conhecimento adquirido no decorrer das experiências cotidianas.

No nível da cultura como experiência vivida é que podem se estabelecer as resistências dos trabalhadores ou dos estudantes à imposição de ideologias advindas do sistema capitalista em que vivemos. Um exemplo disso, dado por Apple, é no próprio local de trabalho, onde não são aplicadas todas as “normas de obediência” que os sujeitos receberam através do currículo oculto na escola.

Considerando a realidade brasileira, presente nos dias atuais, um exemplo de resistência no plano cultural pode ser o movimento de ocupação das escolas de ensino/educação básica e nas universidades com intuito de reivindicar os novos direcionamentos políticos, econômicos e educacionais da sociedade brasileira, caracterizando assim uma forma de resistência ao sistema. Podemos

ver também formas de resistência na cultura vivida por alunos e professores dentro do próprio cotidiano das relações de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo de cunho bibliográfico, buscamos trazer a luz alguns apontamentos a respeito de como o conhecimento está sendo desenvolvido nas instituições de ensino e como ele é recebido pelos alunos.

Usamos para o início da pesquisa um autor marxista que faz associações da educação com a economia, a política e as ideologias das esferas dominantes para refletirmos acerca de como as questões econômicas, políticas e ideológicas interferem na base educacional.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BRASIL. **LDB (Lei de Diretrizes e Base da educação nacional)**. Brasília: MEC, 1996.